

# Dia do Produtor Rural

Caderno Especial do Jornal do Comércio | Porto Alegre, segunda-feira, 28 de julho de 2025

MONEY SHARMA/AFP/IC



## Produtores rurais simbolizam a resistência do Rio Grande do Sul

Por trás de números que comprovam a grandeza do agronegócio estão homens e mulheres que trabalham de sol a sol, movidos pela força e capacidade de superar momentos difíceis

## 2 Dia do Produtor Rural

Caderno Especial do Jornal do Comércio | Porto Alegre, Segunda-feira, 28 de julho de 2025

### Reportagem especial

# Produtor rural gaúcho foca na resiliência para se manter no campo após desafios enfrentados no Estado

**No ano passado, a produção agropecuária apresentou crescimento de 35%, alavancada pela elevação da produção agrícola após a estiagem de 2023**

Ana Esteves, especial para o JC

O setor agropecuário gaúcho move o Estado: foi o responsável por alavancar o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, em 2024, mesmo depois da tragédia climática de maio. Impulsionada pela recuperação da agropecuária, a economia cresceu 4,9%, acima dos 3,4% registrados no Brasil. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano passado, a produção agropecuária apresentou crescimento de 35%, alavancada pela elevação da produção agrícola após a estiagem de 2023. E o trabalhador do campo tem papel fundamental nesses resultados.

Entre as principais culturas, os maiores acréscimos ocorreram nas produções de soja (43,8%), trigo (41,2%) e milho (13,9%). As exportações também bateram recorde no ano passado, alcançando em termos nominais, sem considerar a inflação, o terceiro melhor resultado da série histórica iniciada em 1997, com um total de US\$ 15,8 bilhões. O valor final das exportações contou com um reforço no último trimestre do ano, que apresentou o melhor resultado da série, com US\$ 4,7 bilhões em vendas, alta de 13,8% em comparação com o quarto trimestre de 2023. Considerando apenas os resultados do quarto trimestre, os seis principais segmentos da pauta de exportações do agronegócio gaúcho tiveram crescimento, puxados pelo complexo soja (total de US\$ 2,17 bilhões; +11,2%), fumo e seus produtos (total de US\$ 884,21 milhões; +25,2%), produtos florestais (total de US\$ 286,58 milhões; +33,5%) e carnes (total de US\$ 636,97 milhões; +10,1%).

Por trás de todos esses números que comprovam a grandeza do agronegócio gaúcho, estão homens e mulheres que trabalham de sol a sol, movidos pela força da resiliência, da capacidade de resistir a momentos difíceis, de se



PEDRO REVILLION/PALÁCIO PIRATINI/DIVULGAÇÃO/JC

*Caminho para enfrentar as adversidades é a implementação de políticas com recursos, renegociação de dívidas e de adaptação ao clima*

adaptar, aprender e crescer com as dificuldades. E não foram poucas: estiagens severas que se repetem ano após ano, enchentes, resultando em um cenário de endividamento crescente, diante de um contexto econômico de juros altos, preços baixos e custos de produção elevados. Para o presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul/RS), Gedeão Pereira, o Brasil se tornou uma potência agrícola graças aos gaúchos. “O produtor gaúcho é um leão e o Brasil é uma potência agrícola mundial graças a ele. Os números estão aí para dizer, o Brasil bateu mais um recorde, mais uma grande safra, 338 milhões de toneladas de grãos. É o povo gaúcho que migrou pelo nosso Brasil continental que faz o agro crescer. Isto é a epopeia de um povo”, afirma Gedeão.

Segundo ele, um dos principais entraves está relacionado à questão do endividamento dos produtores rurais que poderá acarretar na redução da área plantada na safra de verão no Estado. “Após quatro anos com alterações climáticas, é uma situação muito complexa, muito difícil e que realmente

está atrapalhando sobremaneira o nosso setor como um todo. Porque, realmente, se nós não conseguirmos avançar neste processo, se o produtor não puder empurrar as dívidas para frente, haverá uma diminuição de área no Rio Grande do Sul.” Essa sinalização se dá em função de os produtores estarem tentando negociar um alongamento das dívidas para que consigam arcar com os custos de implementação das lavouras. “Tem muito produtor na expectativa, que não está pagando o sistema financeiro tentando essa negociação. E nós sabemos que a dificuldade é muito grande”, afirma Gedeão.

Para o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag/RS), Carlos Joel da Silva, o caminho para enfrentar as adversidades climáticas e a bola de neve do endividamento é a implementação de políticas agrícolas fortalecidas com recursos, programas de renegociação de dívidas e de adaptação às mudanças climáticas. “Precisamos de Proagro e Seguro Rural, bem como políticas que incentivem a implementação de

práticas agrícolas que preparem os empreendimentos para secas e enchentes”, defende o dirigente.

Para Gedeão, o agronegócio do Rio Grande do Sul vive o que ele chama de “tempestade perfeita”: colhendo mal, com custos de produção muito altos e preços ruins. “O arroz foi um desastre. No ano passado não vendia arroz a R\$ 120,00, então vendeu a R\$ 65,00. A pecuária que vinha bem, agora com tarifaço do Trump, tem um grave problema. O cenário é dos piores, zero otimismo”, lamenta Gedeão.

A tarifa de 50% imposta pelo governo norte-americano sobre produtos brasileiros é uma “bomba de alto estrago”, pelo fato de o país ser o segundo maior importador de carne bovina do Brasil, perdendo apenas para a China. “É um mercado que sempre paga bons preços, muito confiável. O tarifaço é um componente a mais dentro desse desastre”, diz Gedeão. Sobre os efeitos da crise climática, o presidente da Farsul diz que o RS está no epicentro da crise, com repetidas secas ou excesso de chuvas. “Não tem gerenciamento

que aguarde. Por melhor que seja o produtor, ele se exauriu. E leva todo o setor com ele, a cerealista, a cooperativa, a revenda”, afirma.

O produtor de leite Fábio Luis Ahlert, da agropecuária Ahlert, do município de Condor, diz que a maior dificuldade é a falta de ajuda por parte do governo no sentido de conseguir financiamentos, aliado à baixa dos preços do leite no mercado. “No momento, enfrentamos a falta de Proagro para os financiamentos e do seguro agrícola, que é muito caro, sendo que o governo está dificultando cada vez mais para o pequeno produtor rural”, diz Ahlert. Segundo ele, a ajuda das cooperativas, que fazem uma troca de grãos para implantação das lavouras, é o que salvou um pouco a situação. “Temos ainda uma incerteza grande sobre os valores dos nossos produtos, ainda mais com essa briga política, além de juros absurdos”, afirma o produtor.

Ele conta que a principal atividade é o leite, mas que também cultiva milho para silagem no verão e cevada e trigo no inverno, que servem para alimentar o rebanho de vacas leiteiras.

## Emater foca na sucessão familiar como forma de manter o agricultor no campo

TÂNIA MEINERZ/JC

O presidente da Emater/RS, Luciano Schwerz, afirma que a resiliência do produtor gaúcho está ancorada à sua essência e história. “Ser um agricultor, proprietário de uma área, de uma terra, é uma missão, é um legado que ele carrega. E o agricultor encontra, das mais diversas formas, força e suporte para conseguir superar os desafios”, afirma. A Emater tem trabalhado intensamente a questão da sucessão nas propriedades e esse viés também é destacado quando o assunto é capacidade de superação dos gaúchos, de manter o patrimônio da família, de produzir alimentos, de fazer a agricultura acontecer. “Eu diria que ele só consegue continuar no campo porque é apaixonado pelo seu meio de vida. O agricultor está no local de trabalho, mas ele está também no local de lazer, no local onde nasceu, onde seus filhos nasceram, onde vive, onde se diverte, onde acontece tudo da vida dele. Inclusive a geração de renda da produção”, diz Schwerz.

O presidente relembra que o trabalho da Emater, que completou sete décadas neste ano, é fundamental para a difusão de tecnologia e de informações, fazendo a transferência do conhecimento científico para o campo, através das metodologias da extensão.

Isso se propagou ao longo dos anos e se mantém atualmente, levando também para os agricultores estratégias para superar as adversidades climáticas e poder, através do planejamento da propriedade rural, diversificar a renda, agregar valor e estimular a sucessão rural. “A extensão rural tem esta missão: promover o desenvolvimento rural sustentável, gerando renda e qualidade de vida para as pessoas. E é isso que nós fazemos também nos momentos difíceis: mostrar que existem oportunidades, formas e estratégias para ele superar o desafio”, diz.

Schwerz cita o Programa Terra Forte, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), junto ao governo do Estado, que concede recursos a fundo perdido para os produtores, através do Plano Rio Grande, para que possam recuperar o solo, tornar a propriedade mais resiliente e segura, menos suscetível aos impactos climáticos. “É nosso papel estar junto na construção, no desenvolvimento e na difusão de políticas públicas, de apoio, de fomento para esses agricultores”, acrescenta.

Para o presidente da Emater, o produtor gaúcho está em um ambiente cheio de oportunidades, mas com um microclima desafiador com muitas oscilações, que, ao longo dos



Luciano Schwerz, presidente da Emater/RS, diz que campo é lugar de trabalho e lazer de muitas famílias

anos, foi forjando os agricultores, moldando-os para trabalhar com as adversidades climáticas, seja a estiagem, a enchente, mas também a geada, o granizo e os ventos fortes que causam acamamento de plantas, os dias de baixa luminosidade, as ondas de calor. “O Estado experimenta um conjunto muito grande

de condições climáticas, além de um microclima e de solos com diferentes características que forjaram os agricultores gaúchos para superarem desafios.” O presidente destaca o papel da Emater nesse contexto, por orientar sobre a adoção de tecnologias, de práticas agropecuárias que possibilitam um aumento da produtividade,

de renda e ações que melhoram a resiliência climática. “Não podemos esquecer do plantio direto que tem ajudado o produtor a superar os desafios. Nos seis anos, houve uma recorrência maior de eventos climáticos, houve uma dinâmica mais intensa, o que fez com que muitos agricultores desistissem.”

## Falta de alimento para o gado acirra crise do setor leiteiro gaúcho

O Rio Grande do Sul tem sido o epicentro das condições climáticas adversas. São cinco anos de secas intercaladas com enchentes que, além de prejudicar a agricultura, trouxeram problemas severos para a pecuária, em especial a leiteira. O presidente da Associação dos Criadores de Holandês (Gadolando), Marcos Tang, afirma que durante esse período, os produtores não conseguiram fazer silagem suficiente, com boa quantidade e dentro dos padrões de qualidade para alimentar as vacas.

“Isso significa que tivemos que comprar insumos, alimentos para os animais que outrora produzíamos em nossas propriedades e isso resultou no endividamento que estamos vivendo”, diz Tang. Nesse cenário, o produtor, em sua maioria de propriedades pequenas, que, até pouco tempo atrás tinha condições de cultivar a própria silagem, passou cinco anos comprando de terceiros e, para isso, tinha três opções: encerrar a atividade do tambo, o que ocorreu com muitos produtores, buscar mais empréstimos ou vender parte do plantel para poder alimentar bem os animais que sobram. “E, quando os anos não são de seca, a qualidade do pasto vem ruim, o que gera uma produção menor de leite e o caixa vai diminuindo. Então, somos obrigados a comprar também

e esse alimento vem de longe e fica caro, em função do custo do frete. Vira uma bola de neve que vai crescendo e se avolumando em coisas negativas”, explica Tang.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag/RS), Carlos Joel da Silva, afirma que os produtores de leite historicamente passam por severas dificuldades e aqueles que saem do setor migram para o gado de corte,

para o cultivo os grãos ou abandonam totalmente a atividade agrícola e vão para a cidade. Os que permanecem fazem um esforço gigantesco para o controle de custos, principalmente na alimentação do rebanho, priorizando a produção de leite a pasto e armazenamento de forragem. “O leite é um produto voltado ao mercado interno porque ainda não temos competitividade para exportar, enquanto o custo de produção sofre variações do

mercado externo e do real frente ao dólar. Quem sai da atividade não volta mais, pois a estrutura de produção uma vez desorganizada dificilmente voltará a ser organizada.”

Para Tang, a resiliência dos produtores é o que os mantém no setor, além de a atividade leiteira fazer parte da origem e da história de cada um. “Eles têm isso no DNA, no sangue, é um sacerdócio trabalhar com leite. Ele nasceu vocacionado, ama essas

vacas e, se faltar comida para produzir para os animais, dá um jeito e compra e continuará tratando bem os seus animais.” Uma das saídas para que o produtor consiga se manter de forma mais estável na atividade seria com a promoção de um maior profissionalismo dos elos da cadeia para que ele possa vender o leite de forma direta. “É urgente que o nosso produtor pare de entregar o leite nas cooperativas e comece a vender como o produtor de qualquer outra atividade. Nós ainda entregamos nosso leite, por quê? Porque não sabemos o preço que vamos receber pelo litro de leite que saiu da nossa propriedade”, protesta Tang. Para tal, seria necessário ter contratos futuros para ter previsibilidade de, no mínimo, meio ano para saber se terá ou não condições de investir na atividade. Tang destaca ainda o reflexo negativo do endividamento e da dificuldade de renegociação dos valores tomados, assim como ocorre em outros setores do agro gaúcho. Segundo ele, é preciso uma ação especial do poder público e com valores compatíveis. “O Pronaf tem condições boas para o produtor de leite, mas no máximo se consegue R\$ 250 mil, com juros bem atrativos. Mas com esse valor se faz muito pouca coisa, pois qualquer investimento passa de R\$ 1 milhão”, sustenta Tang.



Marcos Tang, presidente da Gadolando, lembra que escassez de silagem gerou endividamento

## Reportagem especial

# Fundo é alternativa para securitização de dívidas dos produtores

**O que move o agricultor gaúcho, atualmente, é a esperança de colher para poder começar a pagar as contas, já que o endividamento está elevado**

Ana Esteves, especial para o JC

O Fundo Social do Pré-Sal é a luz no fim do túnel para os produtores gaúchos que, ano após ano, não encontram saída para o problema do endividamento. Para o economista-chefe da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul/RS), Antônio da Luz, o fundo é a única alternativa para fazer uma securitização das dívidas dos produtores, não só gaúchos, mas de todos que tiveram mais de duas perdas entre 2020 e 2025, e quebra superiores a 30% no Brasil inteiro.

“A saída são esses recursos porque eles não são fiscais, não são receitas primárias. Então eles não entram no resultado primário do governo, pois não vêm dos impostos dos brasileiros. São uma parte dos royalties do petróleo, usados como funding, ou seja, o produtor pega para pagar as suas dívidas, mas depois paga o fundo social, logo não é um gasto público”, explica Luz.

Recentemente foi aprovado pela Câmara dos Deputados o substitutivo ao PL 5122, que fez um processo de securitização com esses recursos e a

expectativa do setor é de que ele vá com urgência para o Senado, onde também seja aprovado. Nesse meio tempo, é evidente que nós vamos construir com o governo a colocação disso em prática, porque não tem como fazer isso sem o governo.”

Quanto ao cenário do endividamento no Estado, o economista diz que existe uma carteira ativa de R\$ 92,8 bilhões, dos quais R\$ 21,645 bilhões em renegociação e R\$ 2,433 bilhões atrasados há mais de 90 dias. “A carteira estressada, vencida ou renegociada, do Rio Grande do Sul, é de R\$ 24,078 bilhões, de R\$ 92,808 bilhões, que é a carteira ativa, ou seja, existem R\$ 68,731 bilhões que não tem problema nenhum, pois ainda não venceu”, afirma.

Para Luz, o que move o produtor gaúcho, hoje, é a esperança de colher para poder começar a pagar as contas, porque ele está com o endividamento bastante elevado, bastante preocupante.

“A resiliência é parte da natureza dele, mas também é parte da necessidade. Não tem alternativa, ele tem que ser resiliente, depois de tantos problemas que nós passamos.”

Diante desse cenário, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag/RS), Carlos Joel da Silva, afirma que provavelmente o Estado terá uma redução da área plantada, em função do endividamento agrícola. “Não temos como fazer uma projeção de quantos hectares, mas



Antônio da Luz, economista chefe da Farsul, fala sobre solução aos que tiveram perdas desde 2020

principalmente os arrendatários irão tirar o pé do acelerador. O endividamento irá reduzir o apetite pela ampliação de área e também irá reduzir a capacidade de custeio e investimento dos produtores. Por isso a pauta da renegociação e alongamento de dívidas é tão importante, pois estamos falando também da redução da produção com impacto no PIB do Rio Grande do Sul.

O produtor rural Matheus Pasqualotto, do município de Casca, afirma que os produtores não têm segurança nenhuma para plantar, em função da oscilação climática que leva a perdas e obriga muitos produtores a buscarem crédito. “Trabalhávamos com as culturas de soja, milho, trigo, canola e feijão, mas hoje, praticamente, é só milho ou soja, pois o restante não tem margem de compra de produtos e venda do produto final”, afirma. Pasqualotto conta que tinha 30 hectares de feijão, com uma produção boa, mas que na hora da venda não teve preço. “Ninguém quer, nem receberam. Acabou mofando e eu não consegui achar compradores que

secassem o produto. Se não plantar bem a canola, dá margem. Se plantar mal, não colhe.”

O secretário executivo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag/RS), Kaliton Prestes, diz que a expectativa é de que esse projeto avance, trabalhando com as bancadas para aprovar no Senado e para a sanção presidencial. “Esse é um projeto para o Brasil inteiro, para quem se enquadrar nos critérios de duas quebras de safra nos últimos cinco anos, carteira estressada de crédito rural no município e decretação ou de emergência ou de calamidade pública”, explica Prestes. Os números relativos ao endividamento no Estado são muito dinâmicos, pois os agricultores vão renegociando, prorrogando, pagando, fazendo outros financiamentos, inclusive fora do crédito rural para poder fazer a liquidação dessas operações. “No Pronaf, na última renegociação, tínhamos R\$ 17 bilhões de recursos que estavam no âmbito do programa aqui no Estado. Hoje, certamente esse número diminuiu, pois, para poder fazer a próxima safra, os agricultores precisam prorrogar, liquidar ou renegociar essas operações”, diz Prestes.

Sobre o Fundo do Pré-Sal, o especialista explica que não se trata de uma securitização clássica, na qual as dívidas são compradas e, a partir dessa compra, se faz um refinanciamento. “Na verdade, é uma operação nova, com um prazo maior, com o Fundo que liquida as operações em atraso e se tem esse alongamento de dívidas por 10 anos, com até três anos de carência, com taxas de juros que agora são de 13,5% para o Pronaf, 5,5% para o Pronamp, e 7,5% para os demais produtores”, esclarece Prestes.

O presidente da Farsul, Gedeão Pereira, afirma que o Fundo do Pré-Sal é a solução, um caminho a ser

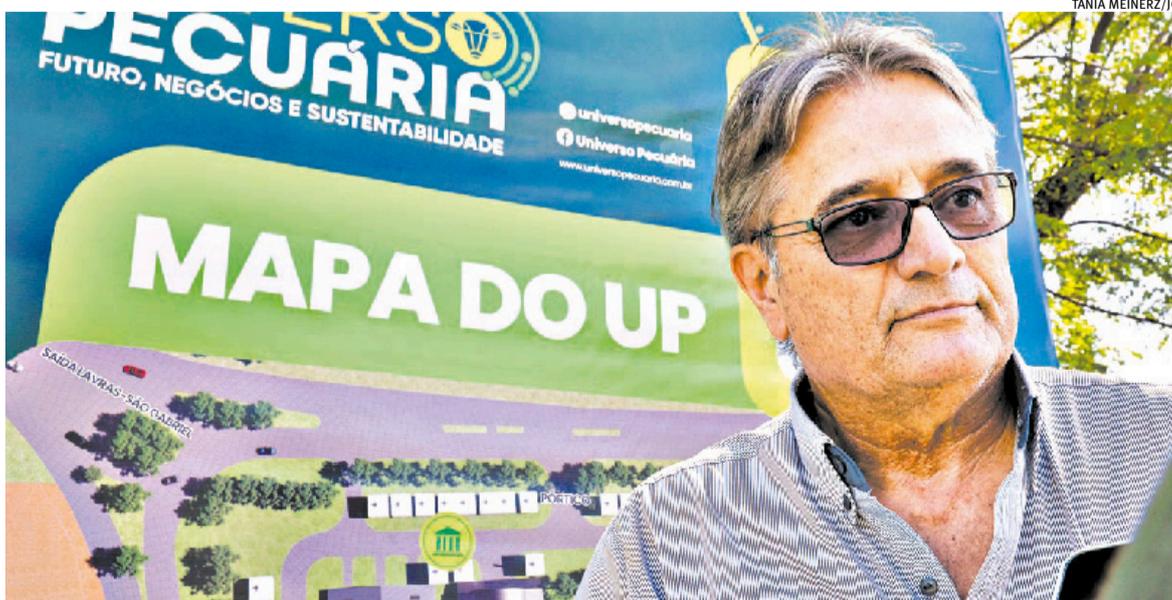
trilhado, pois não fere o arcabouço fiscal, porque “o governo também está na lona, gastando mais do que arrecada”. Gedeão demonstra preocupação sobre o posicionamento de um deputado vinculado ao PT que insinuou que o presidente da república vetaria o projeto.

“Aí, seria um desastre total, mais uma briga, entre tantas brigas que o congresso tem com o governo federal.”

Caso aprovado o projeto, o Rio Grande do Sul seria o Estado mais beneficiado, seguido pelo Mato Grosso, Bahia e Paraíba.

Prestes afirma que o agricultor familiar tem a propriedade dele como um empreendimento que passa por gerações, mas também como um local onde cultiva o próprio alimento e, por isso, ele precisa seguir em frente. “Mesmo com as dificuldades, com o endividamento, mesmo com essas questões todas que impedem ele de fazer o novo custeio, de fazer o investimento necessário, ele precisa, de alguma forma, olhar para esse processo e utilizar também a sua expertise de empreendedor para poder continuar com o negócio e que esse negócio seja viável”, afirma.

Para o secretário executivo da Fetag/RS, o agricultor precisa olhar a propriedade com um olhar de administrador e buscar o financiamento direto na cerealista, se está com problema nos bancos dessas operações acumuladas. “Ele não pode parar, pois garante a segurança alimentar do Brasil. Hoje, 70% dos alimentos produzidos são pela mão dos agricultores familiares. E nós demonstramos nesse último período e também na época da pandemia que não tivemos desabastecimento e agora não será diferente. Mesmo com esses extremos climáticos, o agricultor continua produzindo, continua seu empreendimento e achando formas para poder driblar todas essas questões.”



Para Gedeão Pereira, presidente da Farsul, dinheiro do Pré-Sal não fere o arcabouço fiscal

## Sicredi reforça papel estratégico no apoio ao agricultor gaúcho

No Brasil, mais de 15 milhões de pessoas estão envolvidas com atividades agropecuárias, segundo dados do último Censo Agropecuário do IBGE. A força desse setor é evidente não apenas pelo volume de produção, mas também pelo impacto social e econômico, especialmente entre os pequenos produtores e agricultores familiares, que representam cerca de 77% dos estabelecimentos rurais nacionais. Em meio a esse cenário, o Sicredi se consolida como um dos principais elos estratégicos de apoio ao desenvolvimento do campo e à manutenção da atividade rural em todas as regiões.

Com atuação presente em 97% do território gaúcho, o Sicredi vem ampliando, ano após ano, as soluções financeiras e não financeiras para atender às demandas dos associados. No crédito rural, é,

hoje, o segundo maior operador do Plano Safra no Brasil. No Rio Grande do Sul, o Sicredi encerrou o Plano Safra 2023/2024 com mais de 172 mil operações realizadas. O volume liberado chegou a R\$ 18,6 bilhões, valor que representa crescimento em relação ao ciclo anterior. Somente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Sicredi financiou, no mesmo período, R\$ 6,4 bilhões, totalizando 108 mil operações, o equivalente a 63% de todos os contratos realizados no estado. De acordo com o IBGE, dos mais de 365 mil estabelecimentos agropecuários gaúchos, 80% são classificados como de agricultura familiar.

“O Sicredi é uma das instituições que mais fomentam o agronegócio no país, e os resultados do Plano Safra re-



Márcio Port, presidente da Central Sicredi Sul/Sudeste

forçam seu protagonismo no apoio ao agricultor, especialmente no Rio Grande do Sul. Além disso, a forte atuação em toda a cadeia produtiva e a proximidade com os associados são elementos fundamentais para garantir o incentivo ao desenvolvimento local e regional. O crescimento constante nas operações a cada ano confirma o compromisso genuíno do Sicredi em levar, ao maior número

de produtores, a oportunidade de crescimento econômico sustentável e a manutenção da atividade rural”, reforça o presidente da Central Sicredi Sul/Sudeste, Márcio Port.

Esse compromisso vai além dos números. A essência cooperativista do Sicredi mantém a instituição conectada com a realidade do campo, priorizando o atendimento próximo, as necessidades locais e a personalização dos

serviços. Além das linhas de crédito, os agricultores contam com consultoria, seguros, soluções para inovação, capacitações técnicas e programas de educação financeira voltados diretamente para a comunidade rural. “Todo esse apoio contínuo é fundamental para manter a sustentabilidade, estimular a sucessão rural e garantir novas gerações de agricultores gaúchos”, conclui Port.

## Parceria no campo

Histórias como a do associado Tiago Pastore, de Antônio Prado, região de atuação da cooperativa Sicredi Ibiraiaras RS/MG, evidenciam na prática o impacto dessa parceria. Quando Tiago assumiu, ao lado dos pais, a propriedade da família, a principal renda vinha do frigorífico e da criação de bovinos de corte. Diante das dificuldades financeiras, a família encontrou na fruticultura uma oportunidade de recomeçar, contando com o apoio da cooperativa para viabilizar o financiamento inicial, implantar os pomares e adquirir máquinas e equipamentos.

À medida que a produção cresceu, o Sicredi seguiu presente: por meio de novos financiamentos, foi possível ampliar a infraestrutura, construir um pavilhão moderno e instalar câmaras frias para o armazenamento adequado da colheita. “Sem o apoio do Sicredi, não te-

riamos conseguido dar esse passo tão importante para mudar o rumo da proprie-

dade. A cooperativa sempre esteve do nosso lado, nos momentos mais difíceis

e também nas conquistas, e isso faz toda a diferença”, destaca Tiago. O empenho

da família, somado ao suporte constante da cooperativa, foi e continua sendo essencial para o sucesso e a continuidade do empreendimento rural, que hoje segue gerando trabalho, renda e oportunidade na região.

Assim como Tiago, milhares de agricultores reforçam, todos os dias, a importância da cooperação para o fortalecimento da produção rural no Rio Grande do Sul. Segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, aproximadamente 990 mil pessoas estavam ocupadas diretamente em estabelecimentos agropecuários no estado, número que inclui produtores, familiares e trabalhadores envolvidos nas mais diversas atividades do campo. É para cada um deles que o Sicredi segue reafirmando seu compromisso de estar sempre junto, valorizando a terra, a tradição e o futuro das famílias gaúchas.



Família Pastore: Agostinho Pastore e Ezelci Ines Ravello Pastores (senhores), Tiago Pastore e Morgana Perosa Pastore (casal jovem) e Helena Perosa Pastore (criança)

# 6 Dia do Produtor Rural

Caderno Especial do Jornal do Comércio | Porto Alegre, Segunda-feira, 28 de julho de 2025

## Dívidas

# Grupo de trabalho busca solução para endividamento

**Iniciativa contempla dívidas contraídas entre 2020 e 2024, desde que os municípios tenham decretado estado de emergência em razão de eventos climáticos adversos no período**

Ana Esteves, especial para o JC

Com o objetivo de centralizar dados, debater medidas e propor soluções urgentes para a crise agravada pelas recorrentes perdas na agropecuária gaúcha, decorrentes de eventos climáticos extremos, o governo do Rio Grande do Sul e o ministério da Agricultura brasileiro criaram, em maio, o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI).

A intenção é buscar soluções para o endividamento dos produtores

rurais do Rio Grande do Sul.

Durante a primeira reunião, realizada em julho, o grupo debateu o uso do Fundo Social do Pré-sal da União. Um levantamento preliminar aponta a necessidade de R\$ 30 bilhões em crédito para a renegociação de débitos vencidos ou já refinanciados, com limite de R\$ 10 milhões por produtor individual e R\$ 50 milhões para cooperativas e associações, e prazo de pagamento de 10 anos.

A iniciativa contempla dívidas contraídas entre 2020 e 2024, desde que os municípios tenham decretado estado de emergência em razão de eventos climáticos adversos no período, e os produtores comprovem perdas mínimas de 30% em pelo menos duas safras nos últimos seis anos.

O secretário da Agricultura do Estado, Edivilson Brum, defendeu a urgência de um plano de recuperação para o campo gaúcho. "A criação deste grupo reflete uma necessidade premente diante da repetição de perdas

severas. Precisamos tratar a situação com seriedade técnica e foco em soluções concretas para este setor tão importante do nosso Estado", enfatizou.

A próxima etapa será a consolidação dos dados levantados e a elaboração de uma proposta final, com base nas contribuições das câmaras legislativas, a ser submetida ao governo federal.

O governo do Estado está preparando um ofício solicitando a ampliação do acesso ao crédito rural.

O documento tratará da necessidade de revisão do limitador atualmente vigente, que tem dificultado a efetivação dos financiamentos anunciados.

O GTI foi criado a partir da Portaria nº 812 e será composto por representantes do Ministério da Agricultura (Mapa), Casa Civil, Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e da Fazenda, Banco Central do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico



TÂNIA MEINERZ/JC

Secretário da agricultura defende urgência de plano de recuperação

e Social (BNDES), Banco do Brasil, Comissões de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

(CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Federações da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) e dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fettag) e da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs).

MAPA ECONÔMICO DO RS 2023

Indicadores do presente, tendências para o futuro.

Edição Lajeado

No dia 31 de julho, circula no JC o segundo especial da terceira temporada do Mapa - Regiões Central, Vale do Taquari, Vale do Rio Pardo, Vale do Jaguari e Jacuí Centro -

A publicação mergulhará na realidade e nas perspectivas das regiões trazendo uma visão estratégica sobre o futuro do desenvolvimento regional gaúcho.



Escaneie o QR Code e veja como foram as edições de 2024.



Entre em contato e saiba como participar do projeto.

(51) 3213.1338  
comercial@jornaldocomercio.com.br

Realização

**Jornal do Comércio**  
O jornal de economia e negócios do RS

Patrocínio



Apoio



Media partner



## Entrevista

# ‘Precisamos achar novas formas de financiar o agricultor, o Plano Safra já não funciona’

Ana Esteves, especial para o JC

A partir do conceito de descomoditização, que consiste em criar valor através da transformação de produtos e serviços em experiência, o co-fundador e ex-CEO da Solubio, investidor anjo em agtechs e empreendedor endeavor, especialista em agtechs, Maurício Schneider, defende modelos de negócios totalmente inovadores que buscam trazer ganhos substanciais para os produtores: novas formas de comercializar a carne, os grãos, diversificação de culturas, investimento em novas tecnologias que ajudem a monitorar o clima e alternativas ao financiamento da produção.

Nessa entrevista exclusiva para o JC, Schneider fala sobre a descomoditização como saída para muitos entres do agro gaúcho.

**Jornal do Comércio – Quais as vantagens da descomoditização do agro e quais os seus pilares?**

**Maurício Schneider** - Um negócio descomoditizado vai ter uma margem melhor, vai ter um Ebitda (lucro operacional líquido, depreciações, amortizações) acima de 30%, ligado a receitas recorrentes também, vai ter um NPS (mede a satisfação e lealdade do cliente) acima de 9% e vai ter um churn (mede a perda de clientes) perto do zero. E esse é um conceito que se aplica para o agro também. Então você deixa de vender produto, você deixa de vender serviço e você começa a vender experiência.

**JC - Tem se falado muito na questão da resiliência do agricultor gaúcho, depois de tantas estiagens, enchentes, gerando endividamento crescente. Como enxerga a ferramenta de descomoditização nesse contexto?**

**Schneider** - Existe uma dor aguda do agricultor gaúcho: como ele vai se financiar e como ele vai plantar as próximas safras. E, ao mesmo tempo, como ele cada vez se protege mais contra as mudanças climáticas, a agropecuária resiliente não está só dentro da fazenda, não está só no agro, vai desde profissionalizar a gestão, de mitigar riscos operacionais, de trazer gente competente. Isso serve para o grande e serve para o pequeno.

**JC - O que pode ser descomoditizado em termos de grãos? E na pecuária? Como seria isso na prática?**

**Schneider** - Da porteira para dentro, quando falamos em descomoditização, temos muita coisa para testar. Para o momento da agricultura do Rio

Grande do Sul, é um negócio que vai dar retorno mais a longo prazo. Então, podemos falar em novos bioinsumos que estão surgindo, toda a integração de dados para tomada de decisão, todas essas startups de Inteligência Artificial (IA), principalmente ligadas ao clima, para definir janela exata de plantio. Hoje já tem até a catalogação das cultivares, das sementes mais adequadas, e melhor momento para plantar. Todas coisas práticas que estão sendo utilizadas. Tem várias sementeiras que estão investindo nisso, para ajudar os produtores, pois, na época da estiagem, houve lugares que foram mais e menos afetados e teve gente que, mesmo em região afetada, teve uma produção melhor, porque, por sorte, plantou na melhor janela de plantio. Isso já está dando um retorno e acho que mitiga um pouco alguns riscos climáticos para dentro da porteira.

**JC - E quais são os problemas do agro no Estado que podem ser ajudados com a descomoditização?**

**Schneider** - Temos dois grandes problemas no Rio Grande do Sul que devemos atacar e que afetam dentro e fora da porteira. De um lado, a mitigação dos riscos climáticos, que eu acho que é o que tem machucado mais o agricultor, e, aí, é totalmente dentro da porteira, a mitigação operacional. Óbvio que a escolha de cultivares resistentes a excesso ou falta de chuvas, o investimento em estruturação de solo a partir dos insumos, do Plantio Direto, das plantas de cobertura, tudo isso que muita gente já está fazendo, alguns não fazem, principalmente os pequenos agricultores têm mais dificuldade em entender que esse investimento no solo que tem que ser feito e ele retorna um pouco mais a longo prazo. E, para fora da porteira, eu acho que tem várias coisas que têm que se pensar. Primeiro, na diversificação de culturas para agregar um pouco mais de valor, pois não dá mais só para ficar na soja, milho e trigo. O pulses (sementes secas comestíveis de leguminosas) são uma ótima saída, pois está tendo mais acordos do Brasil com os países, com China, referentes a essa cultura que já mostrou que pode rentabilizar melhor, mesmo que você produza menos, tem um valor mais agregado. Mas a gente sabe que o agricultor gaúcho é muito cabeça dura para pensar nesse tipo de diversificação. Quando olhamos o produtor do Centro-Oeste, já tem muita gente, mesmo os grandes produtores de 30 mil hectares de soja, algodão,

começando a investir na diversificação: gergelim, feijão e por aí vai. Acho que falta uma integração ecossistêmica. Às vezes a inovação não vem de uma novidade tecnológica, mas da integração ecossistêmica das coisas.

**JC - E como podemos fazer para criar novos mercados?**

**Schneider** - A partir de um conceito de descomoditização de dentro para fora da porteira, mas acho que o pessoal não consegue pensar nisso, fica olhando só para dentro da porteira, as associações não se mobilizam. Cito o exemplo das pulses: o Rio Grande Sul tem duas empresas fortes em pulses na forma de milho de pipoca. E como a gente integra com uma agroindústria e exporta? Dizemos que é o milho de pipoca do Pampa Gaúcho, do bioma gaúcho, que tem um manejo biológico, orgânico. Esse produto que vai para a indústria depois vai ser entregue para um trader, depois comercializado com um selo que vai ser trabalhado junto com a Apex no mercado americano. Esse é um caminho. Acho que quem melhor fez isso foi a Abrapa (Associação Brasileira de Produtores do Algodão): criaram o Sou de algodão, que promove o uso da fibra natural pela indústria têxtil brasileira. Assim, começaram a valorizar o produto, a valorizar a marca, colocaram um representante no exterior e isso fez toda a diferença.

**JC - Isso se aplicaria ao caso da pecuária aqui do Estado?**

**Schneider** - Sim, isso vale para pecuária. Mercadologicamente falando, como a gente consegue agregar valor? Aí, temos um grande problema: precisamos educar o mercado, pois, no Brasil, o pecuarista é incentivado a produzir por quilo. E você sabe que quilo é inversamente proporcional à qualidade. Quanto mais rápido eu engordo, mais qualidade de carne eu perco, o marmoreio, a maciez. Então,



Às vezes a inovação não vem de uma novidade tecnológica, mas da integração ecossistêmica das coisas



Maurício Schneider defende novas formas de viabilizar a produção

a gente precisa começar a educar o mercado, mudar os modelos e começaremos a agregar valor. Tem um case de uma fazenda de gado de Minas Gerais que resolveu descomoditizar o produto pecuário e agregar valor, mudando todo o sistema produtivo para ter uma carne com mais qualidade, com mais marmoreio. Mudou genética, mudou manejo e começou a ter pontos de venda, começou a criar uma cadeia de distribuição até que chega num full commerce e em diversos pontos de distribuição, supermercados e tudo mais com a marca dele. Não é um negócio fácil, demora para escalar, mas temos as cooperativas no Rio Grande do Sul, a gente poderia começar a fazer isso através delas. A ideia de agregar valor a partir da percepção de valor. E tem que mudar os cortes também: tem os Denver Steak, o Prime Rib, que são coisas que a gente começa a ver no Rio Grande do Sul, mas que tem que acelerar mais.

**JC - E que outros entraves do agro podem passar pelo processo de descomoditização?**

**Schneider** - A parte da mitigação de riscos. Precisamos investir muito em buscar soluções de transferência de risco climático via seguro paramétrico, esse é um ponto importante, a gente precisa ver novas formas de financiar o agricultor, o Plano Safra sozinho já não funciona. A parte privada, principalmente, agora com essas mudanças de IOF para as cooperativas, elas não conseguem assumir tanta responsabilidade. Então, a gente precisa começar a pensar em derivativos, em Green Bonds. A gente precisa pensar até em crowdfunding específico do agro, para começar a tentar mudar essa realidade. Precisa encontrar sistemas financeiros diferentes, mais efetivos, porque, com o juro no preço que está, a agricultura não se sustenta. E aqui tem um outro tema de casa, que é trabalhar bem a gestão, usar a IA e tentar imputar mais dados, porque eu acho que tem uma grande falha no mercado por parte do

agricultor, que é ele não entender os seus custos, a maioria deles. Então, é muita gente que não sabe fazer conta. O cara vai lá, se emociona, compra uma máquina que não está compatível nem com fluxo de caixa nem com a operação dele. E o agricultor tem que entender que são novos tempos, não dá mais para trabalhar tão alavancado. Você precisa ter mais capital próprio dentro da sua operação ou você precisa ter capital de terceiros ou modelos de joint venture, enfim, modelos onde você tem um suporte de capital.

**JC - Você diz que o monopólio de Chicago pode estar com dias contatos, que seria possível descomoditizar a bolsa de valores. Como seria?**

**Schneider** - Hoje, o bushel está atrelado a Chicago e existe um movimento, principalmente do Brics, da China, de que se crie uma bolsa paralela para fugir da dolarização e de Chicago. Então, querem criar uma bolsa de grãos do Brics, até porque a maior demanda por soja do mundo é da China. Não é nem a da Europa, nem a dos Estados Unidos. Então, se a gente parar para pensar, o consumo que tem de grão só entre os Brics e o Sudeste Asiático, teoricamente, poderia tirar a dependência de Chicago. Obviamente que aqui a gente está falando de desdolarizar, aí teria que entender como funcionaria a liquidez, como seria o lastro, não é um movimento tão simples.

**JC - Quais são as ferramentas que mais estão bombando na atualidade?**

**Schneider** - Ainda temos o grande desafio de desfragmentar os dados, pois são muitos para tomada de decisão e falta unir e agregar tudo isso. Acredito que a IA está tentando melhorar a forma como a gente faz o input desses dados para depois unir tudo nas plataformas. Seja para definir um plano de manejo, para selecionar uma cultivar, para ver qual é a melhor correção para o solo ou para decidir qual é o momento melhor de aplicar um defensivo.

# Somos do Sul, somos do Brasil.



*No Dia do Agricultor, o Sicredi reafirma seu compromisso de estar ao lado de quem faz o Brasil girar. Aqui, quem vive do campo pode contar com as melhores soluções para cada etapa da produção e um atendimento próximo, que entende seus desafios e sonhos.*

*Juntos, vamos impulsionar novas conquistas e um futuro mais próspero para todos.*

**UMA HOMENAGEM DO SICREDI  
AO DIA DO AGRICULTOR.**

**É ter com  
quem contar.**

 **Sicredi**